



Imprensa x indígenas: as tensões na cobertura sobre os protestos contra o Marco Temporal em Mato Grosso do Sul¹

Press x indigenous people: tensions in the coverage of protests against Marco Temporal in Mato Grosso do Sul

Prensa x indígenas: tensiones en la cobertura de protestas contra el Marco Temporal en Mato Grosso do Sul

Jorge Kanehide Ijuim – Universidade Federal de Santa Catarina | Santa Catarina | Brasil. E-mail: ijujimjor@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4685-5915>

Leticia Ferreira Bueno – Universidade Federal de Santa Catarina | Santa Catarina | Brasil. E-mail: lefbueno@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-4654-0277>

Resumo: No presente artigo, procuramos elaborar uma crítica sobre as notícias que abordam os protestos contra o Marco Temporal promovidos por povos indígenas de Mato Grosso do Sul, veiculadas no jornal on-line Campo Grande News durante setembro de 2021, mês em que a tese começou a ser votada pelo Supremo Tribunal Federal. Nosso objetivo é observar como os protestos foram abordados e relacionar com conceitos teóricos que discutem contextualização, reprodução de estigmas, objetividade e subjetividade no jornalismo. Para refletir sobre a construção dessas notícias, realizamos análises com base em teorias da linguagem que sustentam os estudos da comunicação

Palavras-chave: jornalismo e sociedade; questões indígenas; marco temporal.

Abstract: In this article, we develop a critic about the news regarding protests against the Marco Temporal organized by the indigenous people of Mato Grosso do Sul, published on the online newspaper Campo Grande News during September of 2021, month where the thesis began to be voted by the Supremo Tribunal Federal. Our objective is to observe how the protests were approached and relate it to theoretical concepts that discuss contextualization, stigma reproductions, objectivity and subjectivity in journalism. To reflect about the way this news were constructed, we analyzed them considering language theories that support communication studies.

Keywords: journalism and society; indigenous issues; marco temporal.

1 Texto apresentado parcialmente no 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – GP Teorias do Jornalismo.



Resumen: En este artículo, buscamos elaborar una crítica de las noticias que abordan las protestas contra el Marco Temporal promovidas por los pueblos indígenas de Mato Grosso do Sul, publicadas en el diario digital Campo Grande News durante septiembre de 2021, mes en que comenzó a publicarse la tesis a ser votada por el Supremo Tribunal Federal. Nuestro objetivo es observar cómo fueron abordadas las protestas y relacionarlas con conceptos teóricos que discuten la contextualización, la reproducción de estigmas, la objetividad y la subjetividad en el periodismo. Para reflejar sobre la construcción de estas noticias, realizamos análisis basadas en teorías del lenguaje que sustentan los estudios de comunicación.

Palabras claves: periodismo y sociedad; cuestiones indígenas; marco temporal.

Recebido em: 29/03/2023

Revisado em: 29/05/2023

Aprovado em: 30/05/2023



1 Introdução

Em 2020, entrou em debate junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) a tese do Marco Temporal, que reivindica a demarcação de Terras Indígenas apenas às etnias que comprovem a ocupação ou a disputa judicial destes territórios na data em que a Constituição Brasileira entrou em vigor, em 5 de outubro de 1988. A PL 490/2007 foi criada com base no pedido de reintegração de posse, por parte da Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina, da Terra Indígena (TI) Ibirama-Laklãnõ, onde vivem indígenas Guarani, Kaingang e Xokleng. O projeto afeta Terras Indígenas de todo o Brasil, especialmente as que estão em processo de demarcação, pois o documento pode abrir precedente para analisar todos os pedidos em andamento. Em 15 de setembro de 2021, o ministro Alexandre de Moraes suspendeu o julgamento da PL, sem prazo para retomada, após a votação pela Corte empatar em 1 a 1 (o ministro Edson Fachin, relator do caso, votou contra e, na sessão seguinte, o ministro Nunes Marques votou a favor).

Apenas 13,8% de todo o território nacional são reservados aos povos originários. Segundo Santos, Amado e Pasca (2021), há 728 terras indígenas (em diferentes etapas do processo de demarcação). Dessas, somente 487 foram homologadas desde 1988. O governo de Jair Bolsonaro foi o primeiro, desde a redemocratização do Brasil, a não demarcar qualquer território. Portanto, o pedido de vistas para suspender o julgamento no STF após um voto a favor da tese não parece ser mera coincidência, mas sim uma estratégia para que a votação fosse realizada sob um outro prisma, considerando a possibilidade de um cenário político mais favorável aos povos originários.

Em 2023, ao que parece, o caminho segue nesta direção, com a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), sob o comando de Sônia Guajajara, e a rearticulação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) – antes chamada de Fundação Nacional do Índio – com Joenia Wapichana na presidência. Quanto a retomada do julgamento, a ministra Rosa Weber, presidente do STF, afirmou que a ação voltará à pauta até junho de 2023.

A Constituição de 1988, em seu artigo 231, assinala que “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. No “espírito da lei”, estabelece o rompimento com a ideia de “assimilacionismo”, a qual entende que os costumes, a cultura e os conhecimentos científicos da sociedade nacional devem ser ensinados aos indígenas, para integrá-los nesse meio social, postura bastante defendida nas décadas anteriores, com amparo em ideais positivistas. Ao contrário, a Constituição garantiu a autodeterminação dos povos originários, assegurando a essas populações o reconhecimento de sua diversidade cultural, social e política. Os sete



parágrafos deste artigo detalham tais preceitos e o artigo seguinte (232) legitima seus direitos de defesa e interesses.

Ao garantir os direitos originários dos indígenas sobre a terra, assim como reconhecê-los como organização social, a Constituição lhes assegura o direito de protestar contra as iniciativas que ameaçam estes direitos. As manifestações contra a tese do Marco Temporal, portanto, são legais e moralmente legítimas.

Mato Grosso do Sul possui a segunda maior população indígena do Brasil. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 73.295 pessoas se autodeclararam indígenas no estado. O levantamento “‘É muita terra pra pouco índio’? Ou muita terra na mão de poucos? - Conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul”, realizado pelo ISA, estima que, em 2021, esse número tenha atingido a marca dos 85 mil, distribuídos por 48 Terras Indígenas, além de 15 áreas ainda em estudo. Também foram identificados 22 acampamentos Guarani e Kaiowá, 30 retomadas Terena e uma retomada Kinikinau – ocupações em situação de precariedade.

Durante setembro de 2021, diversos protestos foram realizados, principalmente em rodovias, para chamar atenção aos riscos do Marco Temporal, caso fosse aprovado pelo Supremo Tribunal Federal, que começaria a votação logo no início do mês. As manifestações locais estavam em consonância com o “grande acampamento” organizado por povos indígenas de todo o Brasil, no Distrito Federal, para acompanhar o julgamento e protestar, diariamente, por seu direito à terra e território.

O objetivo deste trabalho é observar como os protestos foram abordados nas notícias veiculadas em um dos jornais on-line de maior circulação em Mato Grosso do Sul e mapear as vozes presentes na narrativa jornalística. O veículo selecionado para as análises foi o Campo Grande News.

2 Campo Grande News e o Marco Temporal

Criado em 1999, o Campo Grande News é um jornal on-line que pauta notícias regionais do interior e da capital de Mato Grosso do Sul. Com uma equipe composta por mais de 30 jornalistas, é um dos principais sites noticiosos do estado, chegando a alcançar 29 milhões de visualizações no mês de fevereiro de 2020. O portal foi escolhido, portanto, por ser uma das principais fontes de informação da sociedade sul-mato-grossense. Ao longo de setembro de 2021, foram publicadas 19 notícias sobre os protestos contrários à tese, promovidos pelos cidadãos indígenas que vivem no estado.

Com a finalidade de interpretar os efeitos de sentido e mapear as vozes nas narrativas, buscamos apoio a estudos de linguagem que sustentam os estudos de



comunicação. Ao contar com recursos da Análise de Conteúdo (HERSCOVITZ, 2008) e da Análise Pragmática da Narrativa (MOTTA, 2008), criamos um protocolo metodológico que nos permitiu compreender e inferir sobre a cobertura proposta. Das recomendações de Heloiza Golbspan Herscovitz, acatamos especialmente o potencial da Análise de Conteúdo para descrever e capturar significados aparentes, assim como inferir tendências, interesses e ambiguidades. De Luiz Gonzaga Motta, usufruímos particularmente de quatro movimentos por ele descritos: a) recomposição da intriga ou do acontecimento; b) identificação dos conflitos; c) construção de personagens (vozes); e 6) metanarrativas (fundo moral).

Para o estabelecimento do *corpus*, foram selecionadas 19 notícias sobre o tema, veiculadas entre 1 e 30 de setembro de 2021. Foram analisados os termos utilizados para descrever: a) conduta dos indígenas e dos órgãos oficiais que, de alguma maneira, se envolveram com as manifestações; b) os agentes jornalísticos mobilizados pelos repórteres para obter informações sobre os acontecimentos; c) se houve utilização de termos pejorativos e/ou ultrapassados para se referir aos povos indígenas; e d) o reforço ou não de estereótipos.



Tabela 1 – Notícias selecionadas para compor o *corpus*

Título	Linha fina
Índios retomam bloqueios de rodovias em protesto contra marco temporal	BR-163 está bloqueada em Naviraí, Eldorado e Rio Brillhante e MS-156, entre Dourados e Itaporã
Esperando STF, índios ampliam protesto e fecham mais 3 rodovias	BR-267 foi bloqueada em Maracaju, BR-060 em Nioaque e BR-463 entre Ponta Porã e Dourados
Protesto de indígenas causa fila de 3 km perto de Miranda	Na porta de entrada do Pantanal, a interrupção começou por volta das 16h
Indígenas liberam rodovias e prometem mais bloqueios na quinta	Protestos são contra tese defendida por ruralistas, que limita demarcação de terras e está na pauta do STF
Indígenas bloqueiam trecho da BR-163 em protesto contra marco temporal	STF deve retomar, nesta tarde, julgamento sobre demarcação de terras
Em protesto, indígenas ampliam bloqueio para trechos da BR-463 e MS-384	Parte da BR-163, em Naviraí, também foi interditada na manhã desta quinta-feira (2)
Indígenas bloqueiam 7 trechos de rodovias em MS nesta quinta	Julgamento sobre demarcação de terras indígenas foi retomado pelo STF nesta quinta-feira (2)
Manifestantes de oposição vestem verde e amarelo para retomar símbolos nacionais	Professores, estudantes e outros militantes entendem que a bandeira do Brasil representa todos
Indígenas retomam bloqueios em 3 estradas de MS	Rodovias estaduais MS-156 e MS-379 já estão interditadas, assim como a BR-163, em Naviraí
MS tem 10 pontos de rodovias bloqueados por índios	São sete bloqueios na 163, um na 267, um na 262 e outro na 463; estaduais também tem interdições
STF adia votação do marco temporal e índios liberam rodovias em MS	Sessão foi suspensa para audiências de Luiz Fux, ainda reflexo dos protestos de ontem
Você concorda com fechamento de rodovias durante protestos?	Nos últimos dias, indígenas e caminhoneiros, com pautas distintas, se manifestaram em estradas
Indígenas retomam bloqueios de estradas esperando votação no STF	MS-156 e MS-379 já estão bloqueadas, mas PRF ainda não registra movimento indígena nas federais
Com mais 5 grupos, protestos atingem 9 trechos de MS	Índios também fecham rodovias contra marco temporal, engrossando protestos que começaram pelos caminhoneiros
Maioria discorda de fechar rodovias para protestos políticos	Nesta semana, caminhoneiros e indígenas se mobilizaram nas estradas, cada grupo com suas pautas
Índios retomam bloqueios em pressão para derrubada de marco temporal	Na semana passada, o relator, ministro Edson Fachin, votou contra tese que afeta demarcações
Índios fecham principal acesso à fronteira com Paraguai	BR-463 está totalmente interditada na altura do km 53, entre Ponta Porã e Dourados
BR-163 é 4ª rodovia bloqueada em dia de protestos	Bloqueio ocorre no km 308, em Rio Brillhante, principal ligação entre a Capital e a região sul de MS
Após dia de protestos, indígenas mantêm interdição em apenas uma rodovia federal	Ao todo, trechos de seis estradas que cortam Mato Grosso do Sul foram interditados, nesta quarta

Fonte: Quadro elaborado pelos autores.



2.1 Olhar desatento, ouvidos moucos

O ponto que mais chamou a atenção ao analisar as notícias, sem dúvidas, é a falta de pluralidade de vozes. De todos os textos, foram entrevistados apenas dois manifestantes indígenas. Ainda que a narrativa jornalística, por definição, deva ser plural, ela nem sempre expressa a diversidade de visões sobre um determinado tema. Neste caso, as notícias eram baseadas unicamente em informações cedidas pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) e, em dois casos, também pela Polícia Militar Rodoviária e pela concessionária CCR MSVia – apenas órgãos oficiais.

Uma das problemáticas de se entrevistar apenas agentes oficiais é a restrição de aprofundamento, pois eles podem contribuir com informações gerais sobre um acontecimento – neste caso, dados sobre onde eram os bloqueios e qual a extensão do congestionamento causado pelos protestos. Somente um dos textos trouxe informações diferenciadas, como, por exemplo, a quantidade de manifestantes em cada ponto de concentração pelo estado. Ainda que manifestações e protestos sejam feitos por pessoas, elas não apareceram nas notícias.

Ao mapear e identificar as vozes presentes no noticiário, é possível refletir sobre as posições de sujeito (personagem) ocupadas por eles na representação da realidade social reforçada pelo jornalismo. Motta (2008) considera que os personagens são atores que realizam funções na progressão da história. Ao trazer para as reportagens vários personagens que informam a mesma versão, estas acabam por apresentar a mesma perspectiva. Portanto, no caso das notícias sobre os protestos indígenas contra o Marco Temporal em Mato Grosso do Sul, veiculadas no jornal on-line Campo Grande News, podemos defini-las como um conjunto de “monólogos” – numa versão única.

Como nos ensina Cremilda Medina desde os anos 1980, a função do jornalista “é estabelecer pontes numa realidade dividida, estratificada em grupos de interesse, classes sociais, extratos culturais e faixas até mesmo etárias” (MEDINA, 1982, p. 22). Ao apropriar-se da metáfora dos vasos comunicantes, criada por Abraham Moles, a autora assevera que se exige do jornalista “a humildade do intermediário que sai para a sociedade para rastrear o maior número de possíveis versões, na busca incessante de uma verdade inatingível, na solidariedade aberta a todos que tenham alguma coisa a falar” (MEDINA, 1982, p. 23). A negação à pluralidade, como comportou-se o Campo Grande News, além de confirmar o silenciamento das vozes do “diferente”, é também a negação da oportunidade de a audiência conhecer a complexidade do fenômeno social. O que estava em jogo não era simplesmente o bloqueio de rodovias, mas uma questão política decisiva para grande parcela da sociedade.

Ao elaborar essa crítica, levamos em consideração as rotinas de produção das redações e entendemos que não seja possível estar em contato constante com todos os envolvidos em um acontecimento, seja ele qual for. Dito isso, também compreendemos que muitos repórteres não saem do senso comum do fazer



jornalístico, independentemente do tempo ou das dificuldades da rotina de produção, especialmente quando apelam ao conceito de objetividade jornalística, pelo qual informações concedidas por um órgão oficial legitima um texto, bem mais do que as prestadas por uma liderança indígena, por exemplo (MORAES, 2019; URQUIZA, 2017). Esta postura “privilegia o fato em detrimento da circunstância, valoriza as consequências e menos as causas, o espetáculo e menos as dores e os sofrimentos humanos” (IJUIM, 2014, p. 13).

É ponto comum nas notícias analisadas a falta de contextualização, de aprofundamento sobre o que a tese do Marco Temporal implica e como ela afetaria as Terras Indígenas de todo o Brasil, caso aprovada. Isso faz com que sejam textos com informações básicas, quase boletins informativos para que motoristas desavisados possam tentar evitar as áreas paralisadas. Não há nenhum empenho para detalhamentos e, quando há alguma explicação sobre o que é o Marco Temporal ou o porquê de os povos indígenas se articularem em nível estadual – e nacional, ao considerar também o grande acampamento contra a PL 490 que estava acontecendo em Brasília no mesmo período – esta é feita de maneira resumida, até simplista. Na maioria das vezes, a menção de que os bloqueios nas estradas foram realizados em protesto à tese nem figurava no primeiro ou segundo parágrafos do texto, considerado o espaço destinado a informações essenciais para que o leitor entenda o fato de maneira rápida e eficiente.

Em “A arte de tecer o presente”, Cremilda Medina e Paulo Roberto Leandro (1973)², destacaram o quão imperativo é a contextualização para se compreender a essência dos acontecimentos. Medina e Leandro ali já percebiam o que Edgar Morin nomeia como o “pensamento complexo”. Para o pensador francês,

A complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido junto) de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas [...] o tecido de acontecimentos: ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico (MORIN, 2006, p. 13).

Por este entendimento, temos que tratar os fenômenos pelas partes e pelo todo, numa visão multidimensional, não por uma visão (e versão) única, como as apresentadas no material analisado. Daí a relevância da contextualização – histórica, política, econômica, sociocultural, etc. – para buscar, além de explicações, a compreensão dos acontecimentos.

2.2 Inteligência cega e reprodução de estigmas

Em mais da metade das notícias analisadas, há a utilização da palavra “índio” para se referir aos grupos indígenas que protestavam. Esta terminologia é considerada

2 Medina e Leandro grafaram pela primeira vez na literatura do Jornalismo brasileiro a expressão e a noção de “contexto”.



ultrapassada, pois foi criada pelos colonizadores para identificar os nativos que habitavam na terra que achavam, ao menos em um primeiro momento, ser a Índia. Além disso, o termo homogeneiza os povos originários, ao generalizar uma pluralidade de 305 etnias que habitam em território nacional (IBGE, 2010). Só em Mato Grosso do Sul, região geográfica onde o recorte desta pesquisa foi realizado, são oito: Guarani, Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva, Guató, Kadiwéu, Kinikinau, Ofaié e Terena – além dos Chamacoco e dos Kamba, povos que vivem em regiões de fronteira entre o estado com o Paraguai e a com a Bolívia, respectivamente.

Ao juntar este termo homogeneizador com demais terminologias que indicam que estes sujeitos causam algum tipo de incômodo, invasão, culpabilização etc., é reforçada uma imagem negativa dos cidadãos indígenas perante a sociedade não-indígena. A tomar como exemplo os títulos:

MS tem 10 pontos de rodovias bloqueados por índios
Índios fecham principal acesso à fronteira com Paraguai

Estes demonstram, em sua narratividade, uma conotação de estorvo causado pelos manifestantes, sem indicar uma razão plausível para tal “incômodo” – personagem vilão (MOTTA, 2008). Há também o exemplo da retranca “Comprinhas em risco” na notícia sobre o bloqueio da rodovia que leva à fronteira de Mato Grosso do Sul com o Paraguai³, intensificando essa noção de perturbação da ordem. Pelos títulos das matérias, “o Outro é alguém que incomoda, desorganiza, desestabiliza, causa problemas para o que já está posto, consolidado e considerado como normal pela sociedade. São sujeitos paradoxais, que quebram a lógica da doxa” (URQUIZA, 2017, p. 27).

Ao analisar o conteúdo dos textos jornalísticos, é possível verificar os significados aparentes e implícitos das escolhas narrativas (HERSCOVITZ, 2008), e os sentidos que eles propõem, como o seguinte trecho:

Indígenas liberam rodovias e prometem mais bloqueios na quinta – Amanhã, por volta das 8h, os índios devem retomar os bloqueios, segundo o cacique da aldeia Jaguapiru, Izael Morales. ‘No início, o bloqueio é geral até nos organizarmos’, disse. Geralmente, as interdições atrasam os condutores, pois o tráfego só flui com a chegada das polícias rodoviárias (CAMPO GGRANDE NEWS, 2021).

Em um dos únicos textos em que um representante indígena é entrevistado, o cacique Izael Morales, a fala atribuída a ele - “No início, o bloqueio é geral até nos organizarmos” – não adiciona informações sobre a perspectiva indígena, em primeira pessoa, e passa uma ideia de desorganização, como se tudo fosse decidido no local,

³ Vale lembrar que Ponta Porã (MS) faz divisa com Pedro Juan Caballero – separadas por uma avenida – onde há uma zona de livre comércio de produtos importados, muito frequentada pela população da região.



no momento da mobilização. Logo após a citação, o repórter ressalta que é por meio da atuação da Polícia Rodoviária Federal que os protestos funcionam mais organizadamente – “o tráfego só flui com a chegada das polícias rodoviárias”.

Nesta mesma notícia, no entretítulo *Julgamento*, há a seguinte frase: “[...] tese que pode limitar demarcação de terras, o que contraria o interesse dos indígenas e traria alívio para ruralistas”. Nota-se aqui uma noção de “indígenas com desejos contrariados” – quase uma infantilização – como se protestassem por não conseguirem o que querem e não porque seu direito à terra, garantido pela Constituição Federal, está sendo violado; e “alívio aos ruralistas”, como se estivessem em agonia sem a limitação na demarcação de terras e esse sentimento passaria com a aprovação do Marco Temporal.

Outro trecho que merece atenção é

Em protesto, indígenas ampliam bloqueio para trechos da BR-463 e MS-384 – Em Antônio João, a passagem de veículos está sendo realizada a cada 30 minutos. De acordo com a PRF (Polícia Rodoviária Federal), a BR-163 segue interdita na região de Naviraí (km 135), Itaquiraí (km 60) e Rio Brillante (km 304). Em todos os locais, há equipes da PRF realizando manutenção do trânsito e negociação com os manifestantes (CAMPO GRANDE NEWS, 2021).

A frase final do parágrafo indica que a ordem e a pacificidade do protesto apenas é mantida por conta da presença dos policiais, que negociam com os manifestantes para manter a situação “sob controle”.

2.3 Enquete ou indução?

Concomitantemente com os protestos contra o Marco Temporal, também estavam ocorrendo manifestações organizadas por caminhoneiros apoiadores do então presidente da república, Jair Bolsonaro. Regularmente, o Campo Grande News promove enquetes para saber a opinião dos leitores sobre um determinado tema e, assim, gerar engajamento. Em setembro, a enquete foi “Você concorda com fechamento de rodovias durante protestos?”. O texto para introduzir a votação era sucinto, não contextualizava em detalhes as reivindicações de nenhum dos dois grupos, apenas pedia para que o leitor respondesse, entre sim e não. O resultado não poderia ser diferente:

Maioria discorda de fechar rodovias para protestos políticos – A maioria dos leitores discorda de paralisações em rodovias para se manifestar politicamente. Segundo enquete, as 66% das respostas são daqueles que se mostram contrários a essa ação, enquanto as demais 34% são favoráveis (CAMPO GRANDE NEWS, 2021).



Segundo Guzmán (2016 *apud* MICK; CHRISTOFOLETTI; LIMA, 2021), fazer boas perguntas que incentivam respostas construtivas e relevantes, tanto para os veículos de comunicação quanto para os leitores, pode ser um direcionamento possível quando se fala de interação de usuários, para que esta seja feita de maneira mais produtiva e interessante. No caso da enquete aqui analisada, um bom texto informativo, com dados e explicações sobre as reivindicações dos grupos manifestantes, poderia contribuir mais para a reflexão dos votantes.

3 Por uma objetividade mais subjetiva

De acordo com Dornelles (2010), há potencial nos jornais regionais e interioranos de serem mais pluralistas e representarem mais diretamente a sociedade local, maiorias e minorias, pois é possível, neste contexto regional, dar “espaço comunicacional” a quem não possui este espaço em outros meios. Porém, nas notícias analisadas, isso não ocorre, pois os textos são puramente baseados nas consequências (protestos, bloqueios de rodovias) e denota-se não haver esforço para buscar as causas (a tese do Marco Temporal, o histórico conflito pela terra entre indígenas e ruralistas). Por outro lado, as matérias são construídas exclusivamente a partir de dados cedidos por órgãos oficiais, com o intuito de informar de maneira prática e direta, sem aprofundamento e contextualizações, sem a voz de representantes dos povos indígenas envolvidos.

Sem desconsiderar a importância do aspecto técnico e profissional no processo de construção da notícia, quando a pauta é a questão da terra, a retomada de territórios tradicionais pelos indígenas, o conflito com os produtores rurais e a resistência das famílias indígenas, as matérias jornalísticas, em especial as regionais, limitam-se ao relato dos fatos, sem a necessária contextualização e problematizações que tornem a narrativa mais densa e eticamente responsável. (IJUIM; AGUILERA URQUIZA; URQUIZA, 2016, p. 61).

A falta de aprofundamento sobre o direito à terra, garantido constitucionalmente aos povos originários, reforça ainda mais esta visão, pois um leitor menos informado sobre a tese do Marco Temporal poderá não entender como os desdobramentos do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal afetam a vida destas pessoas. Dessa forma, “[...] a narrativa jornalística reconstrói os conflitos entre indígenas e ruralistas trazendo um ambivalente jogo de poder, de visibilidade/invisibilidade” (IJUIM; AGUILERA URQUIZA; URQUIZA, 2016, p. 59).

A invisibilização dos indígenas ocorre uma vez que seus representantes não são mobilizados para serem entrevistados sobre os acontecimentos que os envolvem e quando sua subjetividade é descontextualizada. Estamos entendendo subjetividade por uma perspectiva sócio histórica (ou histórico-cultural). Para Leontiev (1983), subjetividade é uma propriedade do sujeito ativo, um fator que torna o sujeito único,



singular. Segundo Vigotsky (1988), o homem constitui sua subjetividade mediante o processo de apropriação dos conhecimentos construídos historicamente, desenvolvendo, assim, suas funções psicológicas superiores, tais como raciocínio lógico, pensamento abstrato, capacidade de planejamento, entre outras funções. Como pessoas dotadas de culturas próprias desde antes da colonização, os povos originários dispõem de subjetividades singulares, distintas dos colonizadores em muitos sentidos – relação com a terra e entre sujeitos, moral e ética, visão do sagrado, aspirações e metas, por exemplo.

Direta ou indiretamente, há também a reprodução da imagem do indígena (estigmas) como causador de conflitos, como um estorvo que atrapalha o funcionamento da sociedade. Conforme destacam Ijuim, Aguilera Urquiza e Urquiza (2016) em sua análise sobre notícias que envolvem a questão fundiária entre indígenas e ruralistas de Mato Grosso do Sul, o reforço ao estereótipo do indígena como ser causador de conflitos não é estranho ao jornalismo do estado:

[...] os conflitos apresentados nas reportagens em análise ganham o tom de denúncia da “invasão de indígenas” a “propriedades privadas”. Ao mesmo tempo, enfatizam a questão da legitimidade/ilegitimidade da ação dos índios. Nesta recomposição do acontecimento, os conflitos são ressaltados pelo jogo visibilidade/invisibilidade. Por um lado, se enaltece de forma conotativa o direito à propriedade” dos ruralistas. De outro, descontextualiza-se o índio enquanto ser humano e enquanto povo também dotado de direitos. Mais que isso, os textos constroem uma narrativa pela qual **o indígena é alguém que incomoda, desorganiza, desestabiliza, causa problemas** (IJUIM; AGUILERA URQUIZA; URQUIZA, 2016, p. 60, grifo nosso).

Estereótipos são geralmente impostos pelos grupos dominantes para propagar sua visão de mundo, o que torna a mídia um instrumento central para propagação de representações unilaterais e homogêneas da realidade, apresentando-as como a própria realidade “ou o que importa dela” (BIROLI, 2011). Esta visão tipificada da realidade social naturaliza preconceitos e hierarquias existentes em relação a certos grupos e indivíduos, e essa simplificação dos sujeitos reduz a complexidade de sua existência e suas lutas – no caso deste recorte, os indígenas, mas a crítica se estende ao tratamento midiático dado a pessoas negras, pessoas com deficiência, mulheres, moradores das periferias, etc. “Além de ser ‘viciada’, a relação entre estereótipos e realidade está ligada, assim, aos exercícios do poder, com graus variados de institucionalização, que impõem ônus e desvantagens materiais e simbólicos a alguns grupos sociais” (BIROLI, 2011).

Para Charaudeau e Maingueneau, os estereótipos, em um discurso, funcionam como uma representação coletiva cristalizada:



Para uma prática que visa denunciar os pressupostos ideológicos incrustados no interior dos discursos aparentemente inocentes, a estereotipia, sob suas diversas formas (em que o clichê e o estereótipo constituem simples variantes), aparece como aquilo que permite naturalizar o discurso, esconder o cultural sob o evidente, isto é, o natural (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2012, p. 216).

O jornalismo possui potencialidade de ultrapassar a mera função de informar e reproduzir visões coletivas cristalizadas, pois “possui características próprias como forma de conhecimento social” e, por meio dele, é possível contribuir para mudanças na realidade social (GENRO FILHO, 2012), porém, como vimos nas notícias analisadas, nem sempre esse potencial é atingido em sua totalidade.

Em nome da objetividade, os veículos de comunicação e seus repórteres acabam permanecendo no lugar-comum, entrevistam as mesmas pessoas e observam os fatos sob a mesma ótica – ótica esta que está muito mais ligada aos interesses capitalistas dos investidores do que com uma forma social de conhecimento. Conforme sublinham Moraes e Silva (2019), mesmo que seja criticada em diversos estudos, este tipo de “objetividade excludente” ainda é cobrada no dia a dia dos jornalistas. Esta forma de objetividade recorre com frequência a agentes oficiais de informação, como vimos nos textos sobre os protestos contra o Marco Temporal. Desta maneira, conscientemente ou não, são criados e/ou reforçados estigmas. Segundo as autoras, ao *opacificar* processos subjetivos, o jornalismo contribui com a manutenção de violências simbólicas contra parcelas minorizadas⁴ da sociedade.

Conforme reforça Moraes (2019), este tipo de fazer jornalístico vigente nas redações vai além das ferramentas para se construir um texto e, ao segui-lo, o jornalismo contribui para a minorização de grupos sociais.

É vital compreender que o caminho da objetividade no jornalismo, para além dos procedimentos técnicos, deve ser guiado também pela percepção da sub-representação que atinge diversos grupos sociais, **uma sub-representação, repito, causada também pelo jornalismo** (MORAES, 2019, p. 216, grifo nosso).

Este modelo facilita a normalização de abordagens rasas sobre temas complexos, como é o caso das pautas de cunho indígena, por exemplo. Com isso, a contextualização dos fatos torna-se dispensável para a maioria dos veículos de comunicação, que, ao se esconderem sob o “manto da objetividade” (MORAES, 2019), ignoram que ele não cobre a todos. Diz Urquiza:

⁴ Opta-se, neste artigo, por tratar grupos que sofrem preconceitos e violências em diversos níveis como minorizados em vez de minorias, pois as pessoas que os compõem não estão, necessariamente, em menor número, porém são diminuídos pela heteronormatividade e pela branquitude historicamente impostas.



Assim, ao narrar a realidade, o discurso jornalístico pode contribuir para consolidar “verdades”, conceitos, estereótipos, numa construção textual que privilegia quase sempre o fato e despreza o contexto, desconsidera outros saberes, desvaloriza o caminho percorrido até o acontecimento narrado (URQUIZA, 2017, p. 46).

Uma alternativa a esse modelo, é repensar a objetividade de uma maneira mais subjetiva. Concordamos com Moraes (2019) quando a autora afirma que não é preciso excluir a subjetividade da rotina jornalística para escrever bons textos.

Escrevo porque o subjetivo é tão necessário quanto o objetivo para a existência do propagado “bom jornalismo”, e a recusa do primeiro trouxe não só prejuízos para a prática (e teoria), mas principalmente para aqueles e aquelas que eram por este jornalismo traduzidos (MORAES, 2019, p. 209).

Assim como nós, Fabiana Moraes não considera subjetividade como antônimo de objetividade, mas uma propriedade do sujeito ativo, um fator que torna o sujeito único, singular (LEONTIEV, 1983, p. 44). Por isso mesmo, consideramos os povos originários como dotados de subjetividades que devem ser reconhecidas e respeitadas. Escrever com subjetividade, portanto, é se contrapor a essa “objetividade excludente” que marginaliza e invisibiliza outras subjetividades.

4 Considerações finais

O jornalismo praticado pelo Campo Grande News durante a cobertura dos protestos indígenas contra o Marco Temporal revelou a falta de pluralidade, pobre em contextualização e com forte acento na reprodução de preconceitos. Não à toa – é bom lembrar que Mato Grosso do Sul tem no agronegócio seu principal motor econômico. Seu rebanho bovino alcança 19 milhões de cabeças e a área plantada com a soja ultrapassa 3 milhões de hectares, sem contar com as outras culturas. Assim como consideramos que os povos originários dispõem de subjetividades singulares, boa parcela dos 2,8 milhões de habitantes não-indígenas do estado também, estruturar suas subjetividades, suas visões de mundo, fortemente inspiradas no modo de produção capitalista, e esta visão de mundo ecoa nos órgãos de imprensa.

A imagem de estorvo ou incômodo foi criada e alimentada desde o “achamento” do Brasil, como dizia Darcy Ribeiro (1995). A história da colonização é uma história de dominação. Em seu clássico *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*, Ribeiro descreve o desprezo do invasor ao avistar os donos da terra:

Aos olhos dos recém-chegados, aquela indiada louçã, de encher os olhos só pelo prazer de vê-los, aos homens e às mulheres, com seus corpos em flor, tinha um defeito capital: eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestança. Que é que produziam? Nada. Que é que amechavam? Nada. Viviam suas



fúteis vidas, como se neste mundo só lhes coubesse viver (RIBEIRO, 1995, p. 45).

A figura da “vida inútil e sem prestança” prosperou nos séculos de dizimação de uma população original. Quando se observa que o governo federal anterior não demarcou “um centímetro quadrado” dos territórios reservados – como prometido em campanha – deve-se recordar que este discurso vem sendo intensificado nas últimas décadas pelas pressões neoliberais e pelo conservadorismo ascendente. Os depoimentos a seguir são emblemáticos:

- A política indigenista está dissociada da história brasileira e tem de ser revista urgentemente (general de exército Augusto Heleno Pereira).
- A demarcação contínua coloca a soberania em risco. Daqui a pouco, os índios vão declarar a independência de seus territórios (general de brigada Antônio Mourão, comandante da 2ª Brigada de Infantaria da Selva) (ISTOÉ, 2008).

Note-se que em 2008, dois personagens com grande evidência no governo passado expressavam de modo mórbido um cenário que estava por vir. Naquela oportunidade, a postura de Istoé ajudou a realimentar a ideia de “muita terra para pouco índio”.

Por estas razões, e outras que não são possíveis estender neste trabalho, pode-se deduzir que proprietários e/ou acionistas de órgãos de imprensa de Mato Grosso do Sul sejam ruralistas. Também é possível supor que seus profissionais sejam induzidos a atuar conforme as políticas das empresas. Se pensarmos no ideário do Jornalismo, estes motivos explicam, mas não justificam tal submissão. Cremilda Medina nos anima a persistir, ao afirmar que

Na dura estratificação social, verdadeira muralha muitas vezes intransponíveis (sobretudo em sociedades extremamente centralizadas em que os grupos de poder sonham a informação, o jornalista precisa cavar sua trincheira e avançar, gradativa e firmemente, expondo sua fragilidade individual em termos de saúde física e mental, expondo-se ainda ao boicote, ao ridículo, aos maus tratos e preconceitos (MEDINA, 1982, p. 23).

Cabe também apelar aos preceitos éticos estabelecidos em nossos códigos profissionais, como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Do Art. 6º, é dever do jornalista, devemos destacar:

- I – opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- XI – defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias;



Ora, “defender os princípios expressos na Declaração dos Direitos Humanos” supõe, acima de tudo, defender a dignidade humana; e “defender os direitos do cidadão [...] em especial minorias”, é também reconhecer indígenas como cidadãos brasileiros, ainda que minorizados.

Reiteramos, então, a importância de um jornalismo que valorize a subjetividade. Este terá o potencial de ser mais integral e plural, mais efetivo em sua atuação como forma de conhecimento social. Essa subjetividade aparece, assim, em critérios objetivos, como as relações de classe, gênero e raça, presentes estruturalmente na sociedade.

Dessa maneira, os valores de autolegitimação da área permanecerão ativos nas rotinas de produção das redações, porém o fazer jornalístico terá muito mais consonância com o que o jornalismo se propõe ser: plural e comprometido com a cidadania e com os direitos humanos.

Referências

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 71-98, jul./dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/ZfDzKkixRqhx5J9xRqzsbhF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2012.

DORNELLES, Beatriz. O localismo nos jornais do Interior. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 237-243, set./dez., 2010. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/22511/2/O_localismo_nos_jornais_do_interior.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

HERSCOVITZ, Heloiza Golspan. Análise de conteúdo em jornalismo. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 123-142.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 mar. 2023.



IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Cidades@. Pecuária; Produção agrícola.** 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br> . Acesso em: 18 mar. 2023.

IJUIIM, Jorge Kaneihide. As diferenças e o diferente: o respeito ao outro como forma de humanizar o jornalismo. **Revista Rastros**, Joinville/SC, ano 15, p. 9-22, out., 2014. Disponível em: http://www.ielusc.br/aplicativos/ojs_necom/index.php/SECORD/article/view/232 . Acesso em: 18 mar. 2023.

IJUIIM, Jorge Kaneihide; AGUILERA URQUIZA, Antônio Hilário; URQUIZA, Moema Guedes. Imprensa, indígenas versus ruralistas: As tensões entre o modelo desenvolvimentista e o bom viver (tekove porã). **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 53-70, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/113880> . Acesso em: 14 mar. 2023.

COSTA, Otávio. Amazônia a soberania está em xeque. **Revista Istoé**. São Paulo. Ed. 2012, 28 mai. 2008. Disponível em: <https://istoe.com.br/4261-AMAZONIA+A+SOBERANIA+ESTA+EM+XEQUE/> . Acesso em: 14 mar. 2023.

LEONTIEV, Alexei. **Actividade, conciencia e personalidad**. Habana: Pueblo e Educación, 1983.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MEDINA, Cremilda; LEANDRO, Paulo Roberto. **A arte de tecer o presente**. São Paulo: Média, 1973.

MICK, Jacques; CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel Pantoja (orgs.). **Jornalismo local a serviço dos públicos: como práticas de governança social podem oferecer respostas às crises do jornalismo**. Florianópolis, SC: Insular, 2021.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/download/153247/155192> . Acesso em: 18 mar. 2023.

MORAES, Fabiana; SILVA, Marcia Veiga da. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 18., 2019, Porto Alegre - RS. **Anais [...]**. Porto Alegre: PUC, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/papers/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero--a-subjetividade-como-estrategia-descolonizadora> . Acesso em: 18 mar. 2023.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.



MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 143-167.

SANTOS, Anderson de Souza; AMADO, Luiz Henrique Eloy; PASCA, Dan. "É muita terra pra pouco índio"? Ou muita terra na mão de poucos? Conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul. **ISA - Instituto Socioambiental**, São Paulo, 8 out. 2021. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/conflitos_fundiarios_no_ms_-_versao_final_1.pdf. Acesso em: 18 mar. 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

URQUIZA, Moema Guedes. **O lugar do outro na narrativa jornalística: um olhar a partir da cultura**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2017.

VIGOTSKY, Lev Semionovitch. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. *In*: LEONTIEV, Alexis Nikolaevich; LURIA, Alexander Romanovich; VIGOTSKY, Lev Semionovitch. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone/Edusp, 1988.

Reportagens consultadas

ALVES, Aletheya; FREITAS, Helio de. **Em protesto, indígenas ampliam bloqueio para trechos da BR-463 e MS-384**. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/em-protesto-indigenas-ampliam-bloqueio-para-trechos-da-br-463-e-ms-384>. Acesso em: 18 mar. 2023.

ALVES, Aletheya; FREITAS, Helio de. **Indígenas bloqueiam 7 trechos de rodovias em MS nesta quinta**. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indigenas-bloqueiam-7-trechos-de-rodovias-em-ms-nesta-quinta>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BELTRA, Daniel. Amazônia a soberania está em xeque. **Istoé**, São Paulo, n. 2012, 28 maio 2008. Disponível em: <https://istoe.com.br/4261-AMAZONIA+A+SOBERANIA+ESTA+EM+XEQUE/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CAMPO GRANDE NEWS. **21 anos: Campo Grande News consolida liderança e avança em tecnologia**. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/21-anos-campo-grande-news-consolida-lideranca-e-avanca-em-tecnologia>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CORREIA, Guilherme. **Você concorda com fechamento de rodovias durante protestos?** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/enquetes/voce-concorda-com-fechamento-de-rodovias-durante-protestos>. Acesso em: 18 mar. 2023.



CORREIA, Guilherme. **Maioria discorda de fechar rodovias para protestos políticos.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/enquetes/maioria-discorda-de-fechar-rodovias-para-protestos-politicos> . Acesso em: 18 mar. 2023.

CORREIA, Guilherme; MALDONADO, Caroline. **Manifestantes de oposição vestem verde e amarelo para retomar símbolos nacionais.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/politica/manifestantes-de-oposicao-vestem-verde-e-amarelo-para-retomar-simbolos-nacionais> . Acesso em: 18 mar. 2023.

FREITAS, Helio de. **Índios retomam bloqueios de rodovias em protesto contra marco temporal.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-retomam-bloqueios-de-rodovias-em-protesto-contramarco-temporal>. Acesso em: 18 mar. 2023

FREITAS, Helio de. **Esperando STF, índios ampliam protesto e fecham mais 3 rodovias.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/esperando-stf-indios-ampliam-protesto-e-fecham-mais-3-rodovias>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FREITAS, Helio de. **Indígenas retomam bloqueios em 3 estradas de MS.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indigenas-retomam-bloqueios-em-3-estradas-de-ms>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FREITAS, Helio de. **MS tem 10 pontos de rodovias bloqueados por índios.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/ms-tem-10-pontos-de-rodovias-bloqueados-por-indios>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FREITAS, Helio de. **STF adia votação do marco temporal e índios liberam rodovias em MS.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/stf-adia-votacao-do-marco-temporal-e-indios-liberam-rodovias-em-ms>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FREITAS, Helio de. **Indígenas retomam bloqueios de estradas esperando votação no STF.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indigenas-retomam-bloqueios-de-estradas-esperando-votacao-no-stf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FREITAS, Helio de. **Índios retomam bloqueios em pressão para derrubada de marco temporal.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-retomam-bloqueios-em-pressao-para-derrubada-de-marco-temporal>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FREITAS, Helio de. **Índios fecham principal acesso à fronteira com Paraguai.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-fecham-principal-acesso-a-fronteira-com-paraguai>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FREITAS, Helio de. **BR-163 é 4ª rodovia bloqueada em dia de protestos.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/br-163-e-4a-rodovia-bloqueada-em-dia-de-protestos>. Acesso em: 18 mar. 2023.



MALDONADO, Caroline. **Indígenas liberam rodovias e prometem mais bloqueios na quinta.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/indigenas-liberam-rodovias-e-prometem-mais-bloqueios-na-quinta>. Acesso em: 18 mar. 2023.

NERIS, Gabriel; FREITAS, Helio de. **Indígenas bloqueiam trecho da BR-163 em protesto contra marco temporal.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indigenas-bloqueiam-trecho-da-br-163-em-protesto-contramarco-temporal>. Acesso em: 18 mar. 2023.

RIBEIRO, Liniker. **Protesto de indígenas causa fila de 3 km perto de Miranda.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/protesto-de-indigenas-causa-fila-de-3-km-perto-de-miranda>. Acesso em: 18 mar. 2023.

RIBEIRO, Liniker. **Após dia de protestos, indígenas mantêm interdição em apenas uma rodovia federal.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/apos-dia-de-protestos-indigenas-mantem-interdicao-em-apenas-uma-rodovia-federal>. Acesso em: 18 mar. 2023.

RIBEIRO, Liniker; PAZ, Dayene. **Com mais 5 grupos, protestos atingem 9 trechos de MS.** Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/com-mais-5-grupos-protestos-atingem-9-trechos-de-ms>. Acesso em: 18 mar. 2023.